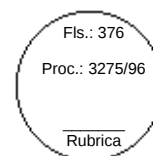




TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA MARLI VINHADELI



Processo nº 3275/1996 A (Volumes I e II; Apenso nº 1568/98)

Origem: TCDF

Assunto: Representação.

Ementa: Representação nº 1/96-GFAB. Servidores distritais. Legislação federal aplicável. Lei nº 197/91. Entrada em vigor em 01.01.92. Recepção da Lei nº 8.270/91. Voto de Vista do Conselheiro Jorge Caetano. Manutenção do Voto.

Relatores originais: Conselheiros José Eduardo Barbosa e José Milton Ferreira.

Parecer do MPjTCDF: Procuradora Márcia Farias.

Inserção na pauta de: 03.10.2007

Tratam os autos de Representação do saudoso Conselheiro Frederico Augusto Bastos, objetivando uniformizar entendimento acerca das matérias relativas aos servidores públicos distritais, e que, após a edição da Lei nº 197, de 04.12.1991¹, tenham sido alvo de alterações na esfera federal, não recepcionadas por lei distrital (fls. 1 a 3).

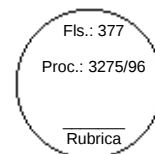
2. Na Sessão Ordinária nº 4114, de 04.09.2007 (fl. 372), proferi o seguinte Voto:

35. Perfilho o entendimento segundo o qual a aplicação da Lei nº 8.112/90² aos servidores públicos do Distrito Federal, por força do artigo 5º³ da Lei nº 197/91⁴, implica a recepção da respectiva legislação federal vigente até

- 1 Dispõe sobre antecipação a ser compensada quando da revisão geral de remuneração dos servidores públicos, altera vencimentos básicos das carreiras que menciona e dá outras providências.
- 2 Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.
- 3 Art. 5º - A partir de 01 de janeiro de 1992, aos servidores da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Distrito Federal aplicar-se-ão, no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e legislação complementar, até a aprovação do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Distrito Federal pela Câmara Legislativa.
- 4 Dispõe sobre antecipação a ser compensada quando da revisão geral de remuneração dos servidores públicos, altera vencimentos básicos das carreiras que menciona e dá outras



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA MARLI VINHADELI



31.12.1991, sob pena de usurpar-se o DF de sua autonomia constitucional⁵.

36.Essa recepção dá-se nos limites da expressão *no que couber*, em face da preexistência de normas distritais específicas, que só foram revogadas pela legislação federal, quando tratavam do mesmo tema.

37.Nesse sentido, manifestei-me no Processo n 3746/97, de minha relatoria. Nos autos de nº 3515/99⁶, 75/95⁷ e 7061/93⁸ o encaminhamento foi o mesmo.

38.Em face disso, considerando correta a recepção da Lei nº 8.270/91, que entrou em vigor na data de sua publicação⁹ (DOU de 19.12.91, retificada em 20.12.91 e em 24.12.91), tenho por pacificada a discussão relativa à Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada, haja vista o que a própria Inspetoria reconhece, *verbis*:

41.Do cotejo do art. 12 da Lei nº 8.270/91 com o art. 13 da Lei nº 8.162/91, constata-se que ambas fixam o percentual da gratificação de Raios X em 10%, mantendo, como vantagem pessoal nominalmente identificada (VPNI), a diferença porventura resultante da aplicação das referidas normas legais, para aqueles servidores que percebiam a mencionada gratificação nos termos de legislação anterior. A Lei nº 8.270/91 acrescenta que a diferença resultante será mantida, apenas, para aqueles servidores que permaneçam expostos à situação de trabalho que tenha dado origem à referida vantagem, e que a essa parcela aplicar-se-á os mesmos percentuais de revisão ou antecipação de vencimentos.

42.Embora o art. 13, parágrafo único, da Lei nº 8.162/91, não especifique em seu texto que a parcela VPNI somente será devida aos que permanecerem em operações com riscos de irradiação, essa é a melhor interpretação a ser dada a esse dispositivo, haja vista o estabelecido no art. 4º, da Lei nº 1.234/50, que confere à gratificação de Raios X, percebida na atividade, um caráter transitório ao determinar que não farão jus à referida vantagem os servidores que **se afastarem, por quaisquer motivos**, do exercício das mencionadas atribuições, **ressalvando** apenas os casos de licença para tratamento de saúde, licença à gestante ou no caso de moléstia adquirida em razão do exercício dessas funções. Vale mencionar que o dispositivo da Lei nº 1.234/50 citado, transcrito a seguir, ainda produz efeitos legais, uma vez que não foi revogado (fl. 254/255). (sublinhei)

providências.

5 Suspensão de Segurança nº 768-8/DF.

6 Relator: Conselheiro Jorge Caetano.

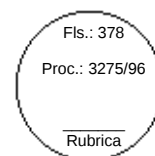
7 Relator: Conselheiro-Substituto José Roberto de Paiva Martins.

8 Relator: Auditor José Roberto de Paiva Martins.

9 Art. 26. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de dezembro de 1991, exceto o art. 2º, que vigora a partir de 1º de novembro de 1991.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA MARLI VINHADELI



39. Entretanto, reconheço não ser pacífico esse entendimento, mesmo porque o próprio Tribunal deliberou em sentido contrário a esse raciocínio (Decisão nº 980/99).

40. Tendo isso em conta, trago à baila jurisprudência abaixo destacada, apenas para demonstrar as divergências na compreensão da matéria:

a) Classe do Processo: 20040020084597ADI DF

Registro do Acórdão Número: 273971

Data de Julgamento: 23/01/2007

Órgão Julgador: Conselho Especial

Relator: EDSON ALFREDO SMANIOTTO

Publicação no DJU: 16/07/2007 Pág.: 119

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.094, DE 20 DE AGOSTO DE 2004. CONSOLIDAÇÃO DE NORMAS ATINENTES AO REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO DISTRITO FEDERAL. INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL DA NORMA. PROCEDÊNCIA DO PEDIDO.

1. O Decreto Legislativo nº 1.094/04, de iniciativa parlamentar, no intuito de consolidar o texto da Lei nº 8.112/90, incorporado ao ordenamento jurídico distrital por força do art. 5º da Lei Distrital nº 197/91, acabou por trazer regras exorbitantes aos limites legalmente impostos quando da consolidação de atos normativos, acarretando em inovação legislativa de matéria cuja reserva de iniciativa pertence ao Chefe do Poder Executivo, nos termos do art. 71, § 1º, II, da Lei Maior do Distrito Federal.

2. Acolhe-se o pedido para reconhecer a inconstitucionalidade formal do Decreto Legislativo nº 1.094, de 20 de agosto de 2004, em sua totalidade, com efeito *ex tunc* e eficácia *erga omnes*, frente aos artigos 53, *caput*, 60, X e 71, §1º, II, todos da Lei Orgânica do Distrito Federal.

[...]

“DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.094, DE 2004.

(Autoria do Projeto: Deputado Paulo Tadeu)

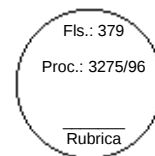
Consolida o texto da Lei Federal nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, aplicável ao Distrito Federal na forma da Lei nº 197, de 4 de dezembro de 1991.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal DECRETA:

Art. 1º Fica consolidado, na forma anexa a este Decreto Legislativo, o texto da Lei Federal nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, aplicável



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA MARLI VINHADELI



ao Distrito Federal na forma da Lei nº 197, de 4 de dezembro de 1991.

Parágrafo único. O texto básico da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para a consolidação, levando-se em conta as reiteradas decisões do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, é o que estava vigendo em 4 de dezembro de 1991, ressalvados os textos de dispositivos que:

I – se encontravam, nessa data, tratados de forma diversa nas leis distritais;

II – posteriormente a essa data, foram, expressa ou tacitamente, afastados por leis distritais que passaram a disciplinar a matéria;

III – sofreram alterações por leis federais posteriores expressamente adotadas no Distrito Federal por leis locais.

Art. 2º Os vocábulos e expressões relacionados com os Poderes, órgãos ou autoridades da União ficam substituídos pelos vocábulos ou expressões correspondentes aplicáveis ao Distrito Federal.

Art. 3º Fica suprimido da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, o texto dos dispositivos cuja matéria esteja integralmente tratada em lei distrital, fazendo-se referência, entre parênteses, a essa situação.

Art. 4º Ficam insertas no texto da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, as alterações promovidas por lei federal posterior que tenha sido expressamente adotada no Distrito Federal por lei local.

Art. 5º Juntamente com o texto da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, consolidado na forma deste Decreto Legislativo, serão publicados os textos das leis distritais que disponham sobre matérias atinentes ao regime jurídico dos servidores públicos distritais.

Art. 6º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

[...]

VOTOS

O Senhor Desembargador - EDSON ALFREDO SMANIOTTO – Relator.

Senhor Presidente,

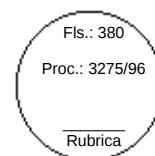
[...]

O Decreto Legislativo nº 1.094/04, de iniciativa parlamentar, procurou consolidar o texto da Lei nº 8.112/90, incorporado ao ordenamento jurídico distrital por força do art. 5º da Lei distrital nº 197/91¹⁰.

¹⁰ Art. 5º, da Lei nº 197, de 04/12/1991-DF, que determina a aplicação da LEI Nº 8.112, DE 11/12/1990, provisoriamente.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA MARLI VINHADELI



[...]

Conquanto a Câmara Legislativa do Distrito Federal tenha realizado um laborioso trabalho ao promover a compilação de inúmeras normas atinentes aos servidores públicos do Distrito Federal, bem como suas alterações e atualizações, o Decreto Legislativo acabou por trazer regras exorbitantes aos limites legalmente impostos quando da consolidação de atos normativos, acarretando em inovação legislativa de matéria cuja reserva de iniciativa pertence ao Chefe do Poder Executivo, nos termos do art. 71, § 1º, II, da Lei Maior do Distrito Federal.

[...]

[...] ao restringir a aplicação da Lei nº 8112/90 ao cenário distrital, ante a ressalva dos textos de dispositivos tratados de forma diversa por leis locais, bem como daqueles cuja matéria encontra-se integralmente tratada em legislação distrital, alterou-se o alcance da força normativa dos dispositivos consolidados.

[...]

Destaca-se que a Lei distrital nº 197/91, ao aplicar aos servidores públicos do Distrito Federal o teor da Lei Federal, revoga expressamente, em seu art. 10, as disposições que a contrariam¹¹.

Ressalte-se que, consoante a redação do art. 5º da Lei nº 197/91¹², aplicam-se as disposições da Lei nº 8.112/90 aos servidores públicos distritais “a partir de 01 de janeiro de 1992”. **Como a legislação federal foi alterada pela Lei nº 8.270/91, publicada no Diário Oficial da União de 19/12/91, deduz-se que tal modificação foi recepcionada pela referida Lei Distrital. A redação do parágrafo único do art. 1º do Decreto Legislativo nº 1.094/04 não está em conformidade com esse entendimento.**

Sobre o tema, andou bem o douto Ministério Público do Distrito Federal e Territórios ao asseverar:

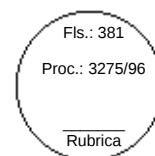
“De fato, o artigo 1º, parágrafo único e inciso I, e o artigo 3º do decreto impugnado estabelecem regras de consolidação que exorbitam os limites a serem observados em qualquer sistematização, subvertendo, inclusive, normas consagradas de vigência legislativa. (...) Isso porque tal disposição busca tornar sem efeito as **consequências legais já operadas quando da adoção da Lei 8.112/90 no âmbito do Distrito Federal, em dezembro de**

11 Art. 10 - Revogam-se as disposições em contrário.

12 Art. 5º - A partir de 01 de janeiro de 1992, aos servidores da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Distrito Federal aplicar-se-ão, no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e legislação complementar, até a aprovação do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Distrito Federal pela Câmara Legislativa. (destacado)



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA MARLI VINHADELI



1991, momento em que todas as normas distritais anteriores que tratavam de matéria afeta ao regime jurídico dos servidores públicos foram tacitamente revogadas. (...) Assim, esta revogação expressa das leis distritais anteriores jamais poderia ter sido desconstituída pelo decreto ora impugnado. Constatado isso, surge de forma nítida a significativa inovação legislativa operada no regime jurídico dos servidores públicos distritais (...).” (fls. 48 – destaques no original)

Em sentido contrário, **poder-se-ia argumentar que a Lei distrital nº 197/91, em seu art. 5º, mandou aplicar ao Distrito Federal a Lei nº 8.112/90 tão-somente “no que couber”, devendo prevalecer a regra local em detrimento da federal:**

“Art. 5º - A partir de 01 de janeiro de 1992, aos servidores da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Distrito Federal aplicar-se-ão, no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e legislação complementar, até a aprovação do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Distrito Federal pela Câmara Legislativa.” (destacado)

Tenho, no entanto, que **a expressão “no que couber” não tem o condão de impedir a revogação tácita das normas distritais que se encontravam regulamentadas de forma diversa da Lei nº 8.112/90, eis que o escopo da implementação dessa norma federal no âmbito distrital encontra-se na uniformização do regime dos servidores públicos que se encontram em situações fáticas e jurídicas semelhantes.**

O que o referido art. 5º veda é a imposição de regras federais para situações locais próprias que não comportam tal adequação. **Importa em inovação dizer que só será recepcionado pelo ordenamento jurídico distrital as normas federais naquilo que não for contrário ou previamente tratado na seara distrital.**

[...]

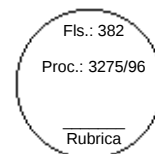
Não se pode, em sede de compilação normativa, a partir de uma interpretação indutiva¹³, formular normas abstratas e de alcance genérico, alterando o regramento disposto em lei. **Tal interpretação, bem como sua normatização, pode ser perigosa, diante das oscilações jurisprudenciais, próprias de um sistema dinâmico como o nosso, em que o “engessamento” é repudiado, e da amplitude das normas dispostas na presente compilação, uma vez que o ponto de vista do compilador pode não coincidir com o dos aplicadores da lei.**

Assim, **a supressão dos dispositivos da Lei nº 8.112/90 não recepcionados pela Lei 197/91, apesar de posteriores às normas**

13 Indução: Raciocínio cujas premissas têm caráter menos geral que a conclusão.
Dicionário eletrônico Aurélio – Século XXI.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA MARLI VINHADELI



distritais que versam sobre a mesma matéria, funcionaria como uma revogação tácita “às avessas” da legislação federal, trazendo, ínsita, modificações nas regras que compõem o regime dos servidores públicos do Distrito Federal.

Tais alterações refojam ao escopo do instituto da consolidação das leis, que consiste em tornar sua consulta acessível aos cidadãos, nos termos do art. 60, X da LODF, bem como da Lei Complementar nº 13, de 03 de setembro de 1996¹⁴, que estabelecem, *in verbis*:

[...]

Destarte, tem-se que a sistematização *sub examine*, aprovada pela Câmara Legislativa, sem a observância do procedimento legislativo ordinário, ultrapassou os limites próprios do instituto, à consideração das significativas modificações no regramento dos servidores públicos distritais, demonstrando a presença de atividade legiferante inovadora que acabou por macular o referido decreto com vício formal.

Neste íterim, cumpre asseverar que o ato normativo em comento, de autoria parlamentar, ao inovar sobre matéria atinente aos servidores públicos do Distrito Federal, incorre em inconstitucionalidade formal subjetiva, visto que a competência para tanto é privativa do Governador do Distrito Federal, como fixado pela LODF em seu art. 71, § 1º, II, *verbis*:

[...]

Assim, havendo inovação legislativa de matéria afeta privativamente ao Governador do Distrito Federal, inevitável a ingerência do presente Decreto Legislativo, de autoria parlamentar, em vício de iniciativa.

Neste ponto, peço destaque com relação à inconstitucionalidade formal, no sentido de analisá-la, primeiramente, tendo em vista o posicionamento desta Corte Especial, no sentido de que a declaração da inconstitucionalidade formal, que extirpa a lei, por inteiro, do mundo jurídico, torna desnecessária a análise da inconstitucionalidade material (*v.g.* ADI 20030020033687).

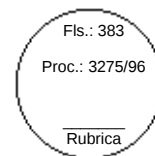
Com estas considerações, acolho o pedido para reconhecer a inconstitucionalidade formal do Decreto Legislativo nº 1.094, de 20 de agosto de 2004, em sua totalidade, com efeito *ex tunc* e eficácia *erga omnes*, frente aos artigos 53, caput, 60, X e 71, §1º, II, todos da Lei Orgânica do Distrito Federal.

É como voto.

¹⁴ Regulamenta o art. 69 da Lei Orgânica, dispondo sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis do Distrito Federal. Art. 120 A consolidação das leis tem por finalidade tornar sua consulta acessível aos cidadãos, nos termos do que dispõe o art. 60, X, da Lei Orgânica.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA MARLI VINHADELI



O Senhor Desembargador MARIO MACHADO - Vogal.

Senhor Presidente, comungo do entendimento do eminente Relator.

No momento em que se editam normas que alteram a ordem jurídica, extravasando-se a competência normativa, há uma clara inovação e é ferida a competência exclusiva do Senhor Governador.

Podar uma parte do que foi feito implicaria a edição de uma nova lei, não desejada também pelo legislador. Isso poderia induzir a sociedade a uma perplexidade, pois, afinal, qual a norma que se aplicaria? Aquela consolidada, que, no todo, nem foi desejada pelo legislador, ou a norma local que conflita com a norma consolidada? Não vejo outra solução senão, pelo vício formal, invalidar toda a norma.

[...]

O Senhor Desembargador JOÃO MARIOSI – Vogal.

Senhor Presidente, além do que já tenho falado sobre o que é ação direta de inconstitucionalidade, o que é competência, o que é capacidade postulatória, esta não prevista na Constituição Federal, a única pessoa legitimada, e assim mesmo só é legitimada se houver mais um, é o Ministério Público. E aqui no caso é o Governador que não tem essa legitimação prevista na Constituição, como também não tinha prevista na Constituição para o Supremo Tribunal Federal, sendo necessária uma emenda para que o Governador fosse legitimado a fazer pedido de ação direta de constitucionalidade no Supremo. Tirante isso, é matéria vencida, requeitada etc., mas, de pé e em nome da independência do Judiciário, proclamo as mesmas coisas.

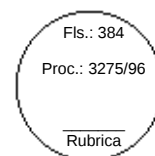
No entanto, neste caso concreto, este Tribunal é incompetente *ratione materiae*, porque está consolidando a Lei nº 8.112/90, que é lei federal, feita pelos três Poderes, na origem sob a batuta de Dorotéia Werneck. Depois de pronta, evidentemente, as mudanças que são feitas não dizem respeito a todos os servidores públicos, mas, sim, a interesses setorizados. Afinal, tal lei pode ser modificada por medida provisória, mas isso não diz respeito nem ao Legislativo nem ao Judiciário.

No caso da preguiça, no caso da ataraxia mental dos nossos representantes candangos, com a lei anterior, em vez de fazer-se um estatuto, diz-se que se aplica ao Distrito Federal, no que couber. O que é que se cabe? Qual o tamanho dessa bitola? Não se sabe.

Não julguei na decisão anterior, mas estou aqui com o relatório em mãos e vi o voto do relator, Desembargador Estevam Maia, que diz não haver realmente consolidação nenhuma, e de fato não há, porque, para consolidar, não se pode inovar nada, é necessária uma lei. Essa aqui vem com um nome impróprio de consolidação, mas



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA MARLI VINHADELI



não é consolidação. Portanto, se não é consolidação e se diz respeito a uma lei federal, a competência não é deste órgão, mas sim do Supremo Tribunal Federal, **porque não se pode internar a lei, o que foi feito com a lei candanga, para depois dizer isso ou aquilo da Lei nº 8.112/90.**

Depois que ela foi internada, ficou estratificada, mumificada, e, daí para frente, só há modificações locais, pontuais. Então, não há que se consolidar a Lei nº 8.112/90. O próprio texto aí está errôneo. Como exemplo, li nele o *amicus curiae* – não sei de que *curiae* está falando, mas anuncia-se como tal -, que, geralmente, vai acompanhar alguém que está fazendo o pedido, que, na presente hipótese, é o Governador. Mas aquele não está acompanhando este, porque, no caso concreto, não existe a Lei nº 8.112/90.

Assim, o que esse texto diz a respeito dessa lei, nessa consolidação, é que ela era inconstitucional, nos mesmos moldes do que foi dito na decisão da liminar. Todavia, não o é, visto que a Lei nº 8.112/90 não diz respeito aos servidores do Distrito Federal.

O Supremo, por 14 ou 15 votos, decidiu que a lei federal não diz respeito ao Distrito Federal. Então, está na consolidação um texto de decisão do Supremo, a qual foi aqui dito ser inconstitucional. Mas, pelo contrário, isso é constitucional: **a Lei nº 8.112/90 não diz respeito a nenhum servidor candango.**

É verdade que o que ela incorporou permanece, mas com a rubrica da lei local e com as modificações posteriores também. Não se há de negar que há um retrocesso na Lei 8.112/90, e não na lei local, em que nesta se diz respeito a 30 horas e a 40 horas. Desse modo, está-se usando um termo inadequadamente, e isso também não diz respeito a este Conselho, pois é uma norma federal, mas sim ao Supremo, e não a tribunal local.

Assim sendo, peço vênica ao eminente Relator para não admitir a presente ação direta de inconstitucionalidade.

Vencido, a lei é constitucional.

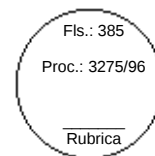
[...]

O Senhor Desembargador EDUARDO DE MORAES OLIVEIRA – Vogal.

Senhor Presidente, de fato a Lei nº 8.112/90 foi incorporada ao Governo do Distrito Federal por meio da Lei nº 197, de 4 de dezembro de 1991. **A meu juízo, até então vigorava o texto oficial federal, porque, daí por diante, segundo penso, pode o Distrito Federal legislar caso a caso.** Acontece que, embora de relevo a proposição argüida pelo Desembargador Romão C. de Oliveira sobre o problema pontual, o que, na hipótese, vejo a comprometer a legislação objeto da presente ADIn é o modo de soslaio com que o



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA MARLI VINHADELI



legislador fez inserir pontos básicos a macular o direito do Poder Executivo de editar lei sobre seus servidores públicos. Veja, por exemplo, que o inciso III, das restrições, diz o seguinte: “sofrer alterações por leis federais posteriores expressamente adotadas no Distrito Federal por leis locais”. Como disse, há um cunho de soslaio, porque o legislador distrital deu um passo, a meu ver, maior do que a perna. É por isso que também vejo a mácula vista pelo douto Relator.

Assim sendo, sufrago o judicioso voto de S. Ex^a., *venia concessa* a quem pensa de modo diferente.

[...]

O Senhor Desembargador EDSON ALFREDO SMANIOTTO – Relator

Afastemos essa hipótese de vício de iniciativa e entendamos, então, que, como se trata da rubrica de consolidação, deveríamos julgar, se for o caso, a inconstitucionalidade material. Imaginemos que, na sequência do julgamento, constatemos que o senhor deputado fez propostas de alterações legislativas, segundo a Constituição Federal, de acordo com a Lei Orgânica. Se entendermos que S. Exa. tem competência para tanto, estaríamos inobservando matéria privativa do Senhor Governador do Distrito Federal, ou, então, construiríamos uma terceira lei, tirando pontualmente alguns textos e procurando aproveitar o resto, estabelecendo um “*tertium genus*”.

O Senhor Desembargador ROMÃO C. OLIVEIRA – Vogal

[...]

Quanto ao primeiro enfoque feito por S. Exa., reporto-me ao que tenho dito em outras assentadas; mas quanto ao enfoque de que o deputado não podia ter como objeto de consolidação o texto da Lei n.º 8.112/90, peço vênias a S. Exa. para dizer que, no Distrito Federal, a Lei n.º 8.112/90 não tem vigência própria; a redação sim. Mas o que está em vigência é a Lei n.º 197/91, que pode ser objeto de consolidação.

O Senhor Desembargador JOÃO MARIOSI – Vogal

Desembargador Romão C. Oliveira, concordo, nesse aspecto, com V. Exa. É incapacidade intelectual de quem está fazendo a lei que, em vez de falar ser a lei local que está sendo consolidada, disse que é a Lei n.º 8.112/90. E, quando eles disserem isso — e isso é o que foi dito, isso é o que foi feito pelos legisladores candangos —, a competência não é deste Tribunal, não somos nós que vamos interpretar o que foi dito.

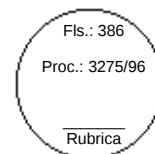
[...]

O Senhor Desembargador LÉCIO RESENDE – Presidente e Vogal

[...]



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA MARLI VINHADELI



Considerando que a admissibilidade do pedido veiculado e do instrumento processual manejado foram devidamente analisados por ocasião da apreciação do pedido de liminar, passo à análise do pedido deduzido na inicial.

No momento do julgamento da liminar já havia proferido voto no sentido de deferi-la, acompanhando o eminente Desembargador Relator, porquanto o Decreto Legislativo 1.094/2004, ao extrapolar a finalidade para a qual fora expedido, converteu-se inequivocamente em regulamento autônomo, não admitido pela legislação brasileira.

Agora, por ocasião do julgamento do mérito, entendo que tal posição deve ser mantida. Desta feita, reporto-me aos elucidativos termos do voto proferido na ocasião pelo eminente Desembargador JERONYMO DE SOUZA, então presidente desta egrégia Corte:

“(…)

Tem razão o requerente quando alega que a consolidação de inúmeras leis distritais por meio de decreto legislativo ora impugnado trouxe inovação legislativa.

Para tanto, basta examinar inicialmente o conteúdo do artigo 1º, parágrafo único e inciso I do aludido DL, in verbis:

[...]

Ora, o dispositivo ora analisado teve por escopo tornar sem efeito as consequências legais já operadas na época da adoção da Lei nº 8.112/1990 no âmbito do Distrito Federal, quando todas as normas locais anteriores que tratavam do regime jurídico dos servidores públicos foram revogadas por força do artigo 10 da Lei Distrital nº. 197/1991.

Tal revogação jamais poderia ser desconstituída por intermédio do decreto ora hostilizado, diante da significativa inovação legislativa operada no regime jurídico dos servidores candangos.

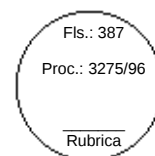
Já o artigo 3º do DL em foco suprime “da Lei Federal nº 8.112/90 o texto dos dispositivos cuja matéria esteja integralmente tratada em lei distrital, fazendo-se referência, entre parêntesis, a essa situação”. Ora, como o decreto legislativo sequer esclarece se as leis distritais são anteriores ou posteriores a 1991, acabou por extrapolar mais uma vez os limites de uma consolidação de textos legais, que é a republicação sistematizada das normas vigentes, tal como se deu com os artigos 19 (jornada de trabalho) e 20 (estágio probatório e estabilidade) da Lei nº 8.112/90.

[...]

Coerente com a posição assumida quando do julgamento da liminar, estou acompanhando o eminente Relator. Acresço, portanto, que no meu voto aprecio a questão da inconstitucionalidade material, mas vou suprimi-la para ficar apenas na questão atinente ao vício formal,



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA MARLI VINHADELI



entendendo que, lamentavelmente, o Decreto Legislativo nº 1.094, como salientou o eminente Relator, fruto de longa e exaustiva pesquisa, tinha tudo para permanecer vivo no mundo jurídico, contudo acabou por incidir nessa lamentável eiva, criando, na realidade, um regulamento autônomo que não é admitido pelo Direito brasileiro.

Estou acompanhando o eminente Relator, entendendo, também, que o que aqui está em discussão é o texto do decreto legislativo e da Lei Distrital nº 197/91, que incorporou a Lei nº 8.112/90 naquilo que considerou aplicável aos servidores públicos do Distrito Federal, enquanto não dispunham de regime jurídico próprio.

[...]

b) Classe do Processo: APELAÇÃO CÍVEL E REMESSA EX-OFFÍCIO 20060110169780APC DF

Registro do Acórdão Número: 270511

Data de Julgamento: 29/11/2006

Órgão Julgador: 5ª Turma Cível

Relator: ASDRUBAL NASCIMENTO LIMA

Publicação no DJU: 17/05/2007 Pág.: 213

EMENTA

MANDADO DE SEGURANÇA – SERVIDOR PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL – LICENÇA PARA FREQUENTAR CURSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL – § 4º DO ART 20 DA LEI 8.112/90 – **APLICABILIDADE - A LEI DISTRITAL 197/91 RECEPCIONOU INTEGRALMENTE A LEI 8.112/90 - ADOÇÃO IMPLÍCITA DAS ALTERAÇÕES** – VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO – INEXISTÊNCIA – DIREITO DO SERVIDOR PROTEGIDO PELA LEGISLAÇÃO VIGENTE – CURSO DE FORMAÇÃO JÁ CONCLUÍDO.

[...]

VOTOS

O Senhor Desembargador ASDRUBAL NASCIMENTO LIMA - Relator

[...]

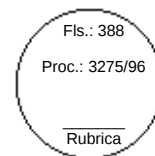
O apelado é servidor da Secretaria de Educação, assim, nos moldes da Lei Distrital nº 197/91, deve ser a ele aplicada a Lei 8.112/90, a qual dispõe em seu artigo 20, § 4º:

[...]

Em que pese a argumentação do recorrente de que a Lei Distrital 197/91 é anterior à Lei Ordinária nº 9.527/97 que introduziu o § 4º



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA MARLI VINHADELI



do artigo 20 na Lei nº 8.112/90, não há que se falar em afronta ao princípio da legalidade, pois é cediço que a lei distrital que recepcionou integralmente o texto da Lei nº 8.112/90, tencionou dar aos servidores do Distrito Federal os mesmos deveres e obrigações dados aos servidores federais, assim posteriores alterações ocorridas na Lei 8.112/90 não desobriga o Distrito Federal a seguir a citada legislação, ainda que inexistia norma específica introduzindo as referidas alterações, no âmbito do Distrito Federal.

Este tem sido o entendimento desta E. Corte:

Ementa

[...]

I - A LEI DISTRITAL Nº 197/91, AO REMETER À LEI Nº 8.112/90, SEM RESSALVAS, IMPLICITAMENTE ADOTOU TODAS AS ALTERAÇÕES OCORRIDAS POSTERIORMENTE, DESDE QUE NÃO CONFLITAM COM A LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA DOS POLICIAIS CIVIS DO DISTRITO FEDERAL.

[...]

III - RECURSOS CONHECIDOS E PROVIDOS. UNÂNIME. (Relator: HAYDEVALDA SAMPAIO - APC 2003.01.1.045656-6).

[...]

O Senhor Desembargador ESDRAS NEVES ALMEIDA - Revisor

[...]

O impetrante/apelado é servidor da Secretaria de Educação do Distrito Federal. **Ante a inexistência de lei distrital específica sobre a matéria, aplica-se o disposto no artigo 20, § 4º, da Lei nº 8.112/90, com a redação dada pela Lei nº 9.527/97, a saber:**

[...]

O argumento de que o dispositivo retrorreferido, introduzido pela Lei 9.527/97, não é aplicável ao DF, por ser posterior à edição da Lei Distrital 197/91, não procede. É que a Lei Distrital nº 197/91, ao fazer remissão à Lei nº 8.112/90, sem ressalvas, implicitamente adotou todas as alterações ocorridas posteriormente, que não conflitem com o diploma citado.

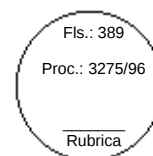
Além disso, **essa aplicação não ofende a autonomia que tem o Distrito Federal de organizar-se administrativamente, como alega o apelante. Tampouco existe ofensa ao princípio da legalidade.** Ao reverso, a veneranda sentença não fez senão aplicá-lo da forma mais adequada ao caso.

[...]

É como voto.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA MARLI VINHADELI



[...]

c) Classe do Processo: APELAÇÃO CÍVEL E REMESSA DE OFÍCIO 20050111037435APC DF

Registro do Acórdão Número: 264297

Data de Julgamento: 30/08/2006

Órgão Julgador: 4ª Turma Cível

Relatora: LEILA ARLANCH

Publicação no DJU: 01/03/2007 Pág.: 89

EMENTA

DIREITO CONSTITUCIONAL – SERVIDOR DISTRITAL APROVADO EM CONCURSO PARA PROVIMENTO DE CARGO PÚBLICO FEDERAL – POSSIBILIDADE DE AFASTAMENTO REMUNERADO PARA PARTICIPAR DE CURSO DE FORMAÇÃO – ART. 20, § 4º DA LEI FEDERAL Nº 8.112/90 – LEI DISTRITAL Nº 197/91 – APELAÇÃO E REMESSA OFICIAL CONHECIDOS E IMPROVIDOS.

Em que pese não ter havido deliberação da Câmara Distrital para incorporar o § 4º do art. 20 da Lei Federal nº 8.112/90 ao bloco legislativo local, tal regra deve ser aplicada no âmbito desta unidade da federação, sob pena de mácula aos Princípios constitucionais da Isonomia, Proporcionalidade e da Acessibilidade aos Cargos Públicos.

[...]

VOTOS

A Senhora Desembargadora LEILA ARLANCH - Relatora

[...]

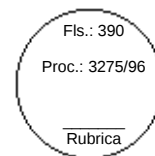
Com efeito, a Lei Federal nº 8.112/90 aplica-se ao Distrito Federal, por força da Lei Distrital nº 197/91.

É de ressaltar apenas que, na esfera do Distrito Federal, é aplicável o texto do Regime Jurídico Único dos servidores públicos federais em vigor quando da aprovação da Lei Distrital nº 197/91. As alterações da Lei Federal nº 8.112/90 posteriores ao início da vigência da Lei nº 197/91 não podem surtir efeito, em tese, no âmbito desta unidade da Federação, sob pena de mácula ao Princípio do Devido Processo Legislativo e de constituir infração ao Princípio Federativo.

Portanto, o regime jurídico aplicável aos servidores distritais corresponde, em princípio, ao texto da Lei Federal nº 8.112/90 vigente quando da publicação da Lei Distrital nº 197/91, modificado por leis distritais, após as competentes deliberações da Câmara Legislativa, não havendo que se falar em aplicação



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA MARLI VINHADELI



automática, no âmbito do Distrito Federal, das alterações realizadas pelo Congresso Nacional na Lei Federal nº 8.112/90.

Esta explanação mostra-se necessária, *in casu*, para o fim de se aferir se o § 4º do art. 20 da Lei Federal nº 8.112/90, que foi incluído pela Lei Federal nº 9.527, de 10.12.97, é norma aplicável no âmbito do Distrito Federal.

Contudo, o exame do texto legal consolidado revela que **é omissa a legislação vigente no Distrito Federal, no tocante à possibilidade do servidor público, ainda em estágio probatório ou não, poder se afastar de seu cargo para participar de curso de formação em decorrência da aprovação em concurso público para outro cargo, que é exatamente a previsão contida no § 4º do art. 20 da Lei nº 8.112/90, introduzido pela Lei nº 9.257/97.**

Vê-se pois, que tal norma não engloba materialmente o conjunto de regras que constituem o regime jurídico dos servidores do Distrito Federal, porque não houve edição de Lei Distrital incorporando-a ao bloco legislativo desta Unidade da Federação.

[...]

Tal constatação é inafastável porque **diante da omissão detectada impõe-se a aplicação subsidiária da Lei nº 8.112/90, com os parágrafos 4º e 5º acrescentados ao art. 20 pela Lei 9.527/97, suprimindo-se assim lacuna legislativa.**

[...]

Mister admitir que não se mostra razoável impedir que o servidor distrital, apenas por encontrar-se em quadro de esfera federativa diferente, não possa freqüentar curso de formação, enquanto o poderia o servidor federal, constituindo-se flagrante violação ao Princípio da Proporcionalidade permitir que tal diferenciação prevaleça.

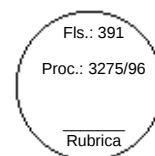
Por óbvio tal situação desafia também a aplicação do Princípio da Isonomia, inserto na Constituição da República, pois configura-se tratamento desigual a servidores que enfrentaram o mesmo certame, e que em tese possuem as mesmas condições para exercerem o cargo público, ou seja, em igualdade de condições, mas, por apenas por pertencerem a quadros de entes federativos diversos, a um seja permitido o afastamento remunerado para freqüentar curso de formação e a outro não.

O suprimento da lacuna legislativa distrital *in casu* é dada ao Poder Judiciário, que, para o devido deslinde da questão, pode se valer da analogia, costumes e princípios gerais de direito, na forma prevista no artigo 4º da Lei de Introdução ao Código Civil.

[...]



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA MARLI VINHADELI



Desta feita, em que pesem as alegações do ente apelante de que não há norma local deliberando acerca da questão, impõe-se a concessão da segurança, pelas razões apontadas, restando incólume a Sentença recorrida.

[...]

O Senhor Desembargador SANDOVAL GOMES DE OLIVEIRA - Revisor

[...]

Ao impetrante, ora apelado, como servidor da Secretaria da Educação, **por força do artigo 5º da Lei Distrital nº 197/91, aplicam-se, subsidiariamente, as disposições da Lei nº 8.112/91**, que, no artigo 20, § 4º, preceitua: *“Ao servidor em estágio probatório somente poderão ser concedidas as licenças e os afastamentos previstos no art. 81, incisos I a IV, 94, 95 e 96, bem assim afastamento para participar de curso de formação decorrente da aprovação em concurso para outro cargo na Administração Pública Federal”*.

Dessa forma, percebe-se, de plano, **não ostentar qualquer relevância a tese agitada pelo recorrente, no sentido de que ao apelado não se aplica o almejado benefício, a pretexto de estar garantido apenas aos Servidores Públicos Federais.**

[...]

d) APELAÇÃO CÍVEL E REMESSA DE OFÍCIO
20040111116376APC DF

Registro do Acórdão Número: 262577

Data de Julgamento: 18/10/2006

Órgão Julgador: 2ª Turma Cível

Relator: ESDRAS NEVES

Publicação no DJU: 06/03/2007 Pág.: 101

EMENTA

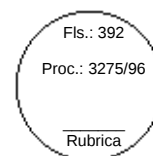
CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. SERVIDORA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL. LICENÇA COM VENCIMENTOS PARA ACOMPANHAMENTO DE CÔNJUGE. **LEI Nº 9.527/97 NÃO RECEPCIONADA PELO DISTRITO FEDERAL.** RECURSO PROVIDO.

1 – A Lei nº 9.527/97 não foi recepcionada no âmbito do Distrito Federal por ser a Lei Distrital nº 197/91, que aplicou ao Distrito Federal a Lei nº 8.112/90, anterior a sua edição.

2 – Impossível a concessão de licença à servidora do Distrito Federal para acompanhar cônjuge sem prejuízo dos vencimentos, em razão



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA MARLI VINHADELI



de violar o princípio constitucional da autonomia político-administrativa dos entes federados.

[...]

VOTOS

O Senhor Desembargador ESDRAS NEVES – Relator

[...]

A questão dos autos cinge-se à possibilidade de ser concedida licença com vencimentos, para acompanhar cônjuge à servidora do Distrito Federal com base na Lei nº 8.112/90, com as alterações introduzidas pela Lei nº 9.527/97.

A Lei Distrital nº 197/1991 estabeleceu em seu artigo 5º que: “a partir de 1º de janeiro de 1992, aos servidores da Administração direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal aplicar-se-ão, no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.112/90 e legislação complementar, até a aprovação do regime jurídico único dos servidores públicos do Distrito Federal pela Câmara Legislativa”.

Como visto acima, a Lei nº 8.112/90 passou a ser aplicada aos servidores do Distrito Federal por força da Lei Distrital nº 197/91.

A Lei nº 9.527/97 não foi recepcionada no âmbito do Distrito Federal por ser a Lei Distrital nº 197/91, que aplicou ao Distrito Federal a Lei nº 8.112/90, anterior a sua edição. Por conseguinte, não poderá ser concedida à impetrante/apelada, professora da Secretaria de Educação do Distrito Federal, licença com remuneração para acompanhar cônjuge, por não se lhe aplicar o art. 84, parágrafo 2º da Lei nº 8.112/90.

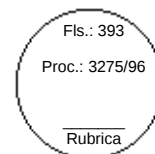
Nesse sentido, trago à colação entendimento acolhido por este Egrégio Tribunal de Justiça:

“CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. AGENTES PENITENCIÁRIOS DO QUADRO DA POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL. AFASTAMENTO PARA FREQUENTAR CURSO DE FORMAÇÃO, EM DECORRÊNCIA DE APROVAÇÃO EM CONCURSO PÚBLICO. SEGURANÇA CONCEDIDA. **A recepção da legislação federal pela Lei 197/91 compreende a Lei 8.112/90 e suas alterações vigentes ao tempo da edição da lei local, de sorte que a Lei 9.527/97 não se aplica aos servidores distritais em razão da autonomia político-administrativa conferida ao Distrito Federal.** [...] Segurança concedida, ressalvado o entendimento do Relator. (20060020012531MSG, Relator, Conselho Especial, julgado em 30/05/2006, DJ 11/07/2006 p. 84)

Confira-se, ainda, trecho do voto condutor do acórdão do Desembargador Romão C. Oliveira:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA MARLI VINHADELI



“EMENTA

“(…) Compete à Câmara Distrital legislar sobre direitos e vantagens de servidor do Distrito Federal, **sendo inaplicável a legislação federal à espécie local. A recepção da legislação federal (Lei número 197) é compreensiva tão somente da Lei número 8.112/90 e leis complementares vigentes ao tempo da edição da lei local.** Preliminares irrelevantes, rejeitadas. Apelação e remessa oficial improvidas.” (APC 37.219/95, 5ª Turma Cível, Relator: ROMÃO C. OLIVEIRA, Publicação no DJU: 22/05/1996 Pág.: 8.001).

Interpretar uma norma é buscar seu verdadeiro sentido. Assim, **vale destacar que a Lei Distrital nº 197/91, ao determinar que se aplicaria aos servidores locais a Lei nº 8.112/90, estabeleceu a necessária ressalva: “no que couber”.**

Além disso, aplicar à impetrante/apelada o artigo 84, parágrafo 2º, da Lei nº 8.112/90, com redação alterada pela Lei nº 9.527/97, **implica violar o princípio da autonomia político-administrativa dos entes federados insculpido no artigo 18 da Constituição Federal.** Com base nesse princípio, não é admissível que um servidor distrital tenha seus vencimentos pagos pelo Distrito Federal e preste serviço em órgão da União. Admitir tal hipótese significa onerar o Distrito Federal sem que haja a respectiva contraprestação.

[...]

O Senhor Desembargador TEÓFILO CAETANO – Revisor

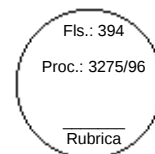
[...]

De conformidade com o que emerge do contido na Constituição Federal, **o Distrito Federal se qualifica como unidade federativa autônoma, usufruindo de autonomia política e estando municiado com competência para legislar sobre matéria administrativa. Como corolário da autonomia que lhe fora reservada, a qual equivale à assegurada aos demais estados, ao Distrito Federal é resguardada a mesma competência legislativa assegurada aos estados e também aos municípios, ante a particularidade de que não é subdividido em unidades municipais (CF, art. 32, § 1º), donde deriva a irreversível constatação de que, dentro das matérias que lhe compete legislar, ou seja, em relação àquelas em que a competência legiferante lhe está assegurada, as leis editadas pela União não se lhe aplicam de forma automática. Somente em havendo legislação local prevendo a aplicação do contido em lei federal é que o nela contido passará, então, a ser aplicado no âmbito do Distrito Federal, não em razão de extensão automática, mas em decorrência da previsão contemplada pela norma local.**

Desses princípios constitucionais emerge, então, a constatação de que, em estando o Distrito Federal municiado com competência para



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA MARLI VINHADELI



legislar sobre matéria administrativa, notadamente sobre funcionalismo público e estruturação das carreiras integrantes da sua organização administrativa, **o fato de ter incorporado à legislação local o contido na Lei nº 8.112/90, que disciplina o regime jurídico único dos servidores públicos da União, através da Lei Distrital nº 197/91, determinando que os servidores locais se sujeitem ao contido em aludida norma federal, não implica automática previsão para incorporação à legislação local das alterações que foram amalgamadas na legislação federal após a edição daquela norma distrital.**

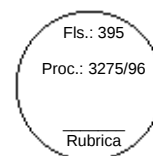
Ao revés, a aplicação do contido na lei federal aos servidores locais derivara de expressa previsão legal originária da norma local e somente o que vigorava à época e já estava impregnado no diploma incorporado é que passara a se aplicar no âmbito distrital, afastando-se as alterações posteriormente incorporadas à legislação federal. Exegese distinta, aliás, redundaria em evidente renúncia da competência legislativa assegurada ao Distrito Federal mediante sua delegação à União, o que efetivamente não guarda conformidade com o prescrito pela Constituição Federal, pois redundaria em nítida abdicação da autonomia que lhe é resguardada, sendo, pois, impassível de ser renunciada ou delegada sob a forma de outorga de competência legislativa.

Diante do que fora acima alinhavado apura-se, então, que, considerando que a Lei nº 9.527, de 10 de dezembro de 1997, que ditara nova redação ao § 2º do artigo 84 da Lei nº 8.112/90, no qual se fulcra a pretensão aviada, fora editada e entrara a vigor após a edição da lei local que determinara a aplicação desse estatuto legal aos servidores locais e não tendo sido incorporada à legislação local através de lei distrital editada com esse desiderato, a alteração promovida em aludido dispositivo não se aplica aos servidores públicos locais, não lhes podendo alcançar em vassalagem ao princípio da legalidade que deve permear a atuação da administração pública e pautar os atos administrativos.

Em sendo assim, como a alteração impregnada no estatuto dos servidores civis da União não fora incorporada à legislação local, e essa incorporação, ressalte-se, carecia de lei local prevendo a aplicação do regrado pela norma federal no âmbito do Distrito Federal, a pretensão aviada pela impetrante não está revestida de lastro legal passível de aparelhá-la, infirmando o direito líquido e certo que invocara. É que, em não havendo disciplina legal revestindo de lastro a pretensão que veiculara, denotando que o direito que invocara carece de lastro material subjacente, não lhe sobeja nenhum direito de reivindicar benefício



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA MARLI VINHADELI



que não fora resguardado aos servidores locais, estando adstrito aos servidores públicos da União.

[...]

Os argumentos alinhavados, aliás, encontram conforto na tranqüila jurisprudência da egrégia Corte de Justiça local, pois já se pronunciara em diversas ocasiões sobre matéria análoga, **fixando o entendimento acerca da carência de lastro passível de sustentar a aplicação aos servidores locais do destinado aos servidores federais por inovação legislativa não incorporada ao cabedal normativo do Distrito Federal através de lei especialmente editada com esse objetivo [...]**:

[...]

f) RE-AgR 354117/DF

AG.REG.NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO

Relator: Min. EROS GRAU

Publicação DJ 28-10-2005 PP-00048

EMENT VOL-02211-03 PP-00434Julgamento: 04/10/2005

Órgão Julgador: Primeira Turma

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. **AUTONOMIA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL. MP 560/94. CONSTITUCIONALIDADE. 1. Legislação federal. Aplicação no âmbito do Distrito Federal ex vi da Lei Distrital 119/90. Disciplinamento do regime jurídico dos servidores distritais, por remissão às disposições do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Federais, até que lei distrital específica regule a matéria. 2. Inadmissibilidade do argumento de que teria havido ingerência indevida na autonomia do ente federado. O Distrito Federal optou pela adoção da legislação federal relativamente aos seus servidores e essa deverá ser observada até a edição de lei própria e específica sobre a matéria. Agravo regimental não provido.**

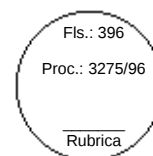
[...]

O SENHOR MINISTRO EROS GRAU:

Discute-se, nestes autos, a validade da Medida Provisória 560/94 e sucessivas reedições que reinstituíram a contribuição para o Plano de Seguridade Social do servidor público --- assim como o respectivo termo inicial de incidência e exigibilidade, conforme insculpido no artigo 195, § 6º, da Constituição do Brasil --- e a **autonomia política e administrativa do Distrito Federal para legislar sobre o regime jurídico de seus servidores.**



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA MARLI VINHADELI



[...]

Voto

O SENHOR MINISTRO EROS GRAU (Relator): Os recorrentes sustentam que --- embora superada a controvérsia a propósito da constitucionalidade da Medida Provisória 560/94 --- a análise da questão pertinente à autonomia do Distrito Federal para legislar sobre a contribuição previdenciária devida por seus servidores não fora apreciada. Alegam que as disposições daquele texto normativo não lhes são aplicáveis em face da ausência de lei distrital válida a disciplinar a matéria no âmbito local.

2.As alegações dos agravantes não procedem. A Constituição de 1988 reconheceu a autonomia política e administrativa do Distrito Federal no art. 18. Em decorrência desse fato, foi editada a Lei distrital nº 119, de 16.8.90, dispondo sobre o regime jurídico dos servidores locais por remissão às disposições do Regime Jurídico Único dos Servidores Federais.

3.A contribuição previdenciária devida pelos servidores distritais foi fixada no percentual de 6% (seis por cento) sobre a remuneração bruta, conforme Decreto nº 1.910/91, que alterou a Lei nº 6.439/77, regulamentada pelo Decreto nº 83.081/79 e pelo Decreto nº 90.817/85. Assim, ante a ausência de legislação própria, o Distrito Federal utilizava-se da legislação federal.

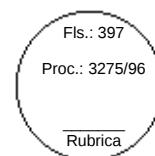
4.Em 1993 foi editada a Lei Federal nº 8.688 em substituição à legislação que cuidava do desconto previdenciário, cujas normas foram igualmente extensivas aos servidores do Distrito Federal. Essa lei majorava a alíquota da contribuição previdenciária, mas a eficácia dela decorrente exauriu-se em 30 de junho de 1994 em face da natureza temporária dos seus preceitos.

5.Em 26 de julho de 1994, foi editada a Medida Provisória 560, sucessivamente reeditada, cuja última versão recebeu o número 1.483-46 em 27 de fevereiro de 1998. A MP 560/94 também teve aplicação no âmbito da Administração do Distrito Federal uma vez que a legislação distrital estava atrelada à federal.

6.Dir-se-á que havia legislação precedente do Distrito Federal a disciplinar a matéria: a Lei Distrital nº 260/92. No entanto, o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Distrito Federal --- previsto no novo sistema previdenciário --- não chegou a ser instituído. Na pendência de regulamentação da lei e da instauração do órgão previdenciário, impossível proceder-se o desconto na remuneração do servidor por falta de amparo legal: a fixação da alíquota definitiva prevista no artigo 9º da Lei Distrital nº 260/92 dependia de lei local específica, editada “após prévio estudo de natureza atuarial”. Quanto à previsão contida no § 1º do referido artigo 9º da mencionada lei --- “contribuição previdenciária no



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA MARLI VINHADELI



percentual de 10%, até a fixação do percentual previsto no caput" ---, é importante ressaltar que sua exigência e recolhimento somente seriam cabíveis se tivesse sido implantado e implementado o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Distrito Federal, sem o qual não há razão nem destinatário/depositário do montante previdenciário descontado da remuneração do servidor público.

7.É inadmissível o argumento de que teria havido ingerência indevida na autonomia do ente federado. O Distrito Federal optou pela adoção da legislação federal em relação aos seus servidores e essa deverá ser observada até a edição de lei própria e específica disciplinando a matéria.

[...]

g) RE 159228/DF

RECURSO EXTRAORDINÁRIO

Relator: Min. CELSO DE MELLO

Julgamento: 23/08/1994

Órgão Julgador: PRIMEIRA TURMA

Publicação DJ 27-10-1994 PP-29168 EMENT VOL-01764-02 PP-00420

RTJ EMENT VOL-00157-003 PP-01045

EMENTA: MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO [...] - DIREITO ADQUIRIDO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO DF - INAPLICABILIDADE DA LEI FEDERAL 8.030/90 AO PLANO LOCAL - AUTONOMIA CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL - RECURSO EXTRAORDINÁRIO NÃO CONHECIDO. – [...] - **A autonomia constitucional reconhecida ao Distrito Federal, que lhe confere a prerrogativa de dispor, em sede normativa própria, sobre o regime jurídico dos seus servidores civis, impede que se estendam, automaticamente, ao plano local os efeitos pertinentes a política de remuneração estabelecida pela União Federal em favor dos seus agentes públicos. [...].**

h) REMESSA DE OFÍCIO 20000150014432RMO DF

Acórdão Número: 129248

Data de Julgamento: 07/08/2000

Órgão Julgador: 3ª Turma Cível

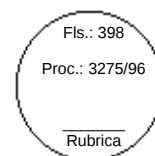
Relator: WELLINGTON MEDEIROS

Publicação no DJU: 13/09/2000 Pág.: 27

Ementa



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA MARLI VINHADELI



CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL. GRATIFICAÇÃO ORGÂNICA POR OPERAÇÃO DE EQUIPAMENTO DE RAIOS X. APLICAÇÃO DO DECRETO LOCAL NO. 12.660/90.

I - A ATUAL CONSTITUIÇÃO CONFERIU AO DISTRITO FEDERAL AUTONOMIA POLÍTICA, ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA, GARANTIDO-LHE, OUTROSSIM, COMPETÊNCIA EXCLUSIVA PARA LEGISLAR SOBRE DETERMINADAS MATÉRIAS, ENTRE AS QUAIS DESTACAM-SE A INSTITUIÇÃO DO REGIME JURÍDICO DE SEUS SERVIDORES E DISPOSIÇÕES A RESPEITO DE REMUNERAÇÃO E VANTAGENS.

II - ASSIM, DE SE APLICAR AOS SERVIDORES DISTRITAIS O DISPOSTO NO DECRETO LOCAL NO. 12.660/90, QUE FIXA O PERCENTUAL DA GRATIFICAÇÃO PARA O TRABALHO PERMANENTE COM RAIOS-X EM 40% (QUARENTA POR CENTO).

[...]

VOTOS

O Senhor Desembargador WELLINGTON MEDEIROS - Relator

[...]

Cuida-se de remessa *ex officio*, nos autos de ação de conhecimento, submetida ao rito ordinário, manejada por médicos da FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, com vistas ao recebimento da gratificação de compensação orgânica, no percentual de 40% (quarenta por cento) por atividades com equipamentos de raios-X.

Alegam os autores que, na qualidade de servidores do Distrito Federal, recebiam referida gratificação no percentual de 10% (dez por cento), de acordo com o disposto no Decreto nº. 4.941/79, ao passo em que os servidores da União recebiam a mesma gratificação no percentual de 40% (quarenta por cento), por força da Lei nº. 1.234/50.

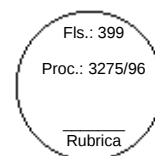
Aduzem que, com o advento do Decreto nº. 12.660/90, cuja vigência teve início em 21 de setembro daquele ano, tiveram sua situação equiparada à dos servidores federais, uma vez que aludido diploma legal, fixou, expressamente, referida gratificação no percentual de 40% (quarenta por cento). Entretanto, só passaram a receber o benefício em março de 1991.

Ante a sobrevinda de sentença que condenou a Fundação ré a pagar as diferenças pleiteadas, passo ao reexame necessário.

Com efeito, **a matéria ora em debate encontra-se pacificada no âmbito desta Egrégia Corte de Justiça**, pelo que despiciendas maiores considerações a respeito. Entretanto, por força da remessa *ex officio*, cumpre tecer algumas considerações.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA MARLI VINHADELI



Em princípio, cumpre ressaltar que existe legislação federal específica acerca do tema – Lei. 8.270/91 –, que, em seu artigo 12, § 2º, dispõe, *verbis*:

[...]

Entretanto, a toda evidência, **o direito dos autores encontra amparo em legislação outra, seja, Decreto nº. 12.660/90 do Distrito Federal.**

Com efeito, a atual Constituição conferiu ao Distrito Federal autonomia política, administrativa e financeira, garantido-lhe, outrossim, competência exclusiva para legislar sobre determinadas matérias, entre as quais se destacam a instituição do Regime Jurídico de seus servidores e disposições a respeito de remuneração e vantagens.

Logo, através da Lei Distrital nº. 197/91, ficou determinado que, a partir de janeiro de 1992, os servidores do Distrito Federal seriam regidos pela Lei nº. 8.112/90 e legislação complementar, que, por sua vez, não pode se referir à legislação futura de âmbito federal, mas tão-somente àquela já existente quando da edição da lei local, de forma a preservar a autonomia do DF.

Assim, quando da edição da Lei local nº. 197, em 4 de dezembro de 1991, apesar de seu artigo 5º dispor que somente a partir de janeiro de 1992 seriam seus servidores submetidos à Lei nº. 8.112/90, ainda não existia no mundo jurídico a Lei nº. 8.270, de 17 de dezembro de 1991, razão pela qual não poderia ter sido recepcionada por aquela de ordem distrital, já que lhe era posterior.

Forçoso convir, dessarte, restar afastada a incidência da lei federal já mencionada, devendo ser aplicadas, *in casu*, as normas contidas no Decreto nº. 12.660/90, uma vez que este, ao tratar especificamente sobre o valor da gratificação para o trabalho permanente com raio-X, não encontra óbice em ser recepcionado pela Lei local nº. 197/91, até que a legislação do DF ou ato normativo posterior venha a revogá-lo.

De se concluir, pois, que aos servidores distritais aplica-se o percentual de 40% (quarenta por cento) referente à gratificação pretendida, pelo que andou bem o MM. Juiz em suas razões de decidir.

[...]

i) APELAÇÃO CÍVEL APC3801095 DF

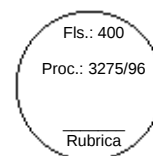
Acórdão Número: 83059

Data de Julgamento: 21/03/1996

Órgão Julgador : 4ª Turma Cível



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA MARLI VINHADELI



Relator: EVERARDS MOTA E MATOS

Publicação no DJU: 02/04/1996 Pág.: 4.775

Ementa

APELAÇÃO. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. RAIOS X. FHDF – LEGISLAÇÃO INCIDENTE. PERCENTUAL. PRELIMINARES: NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL. - Dúvida pessoal e matéria estranha ao objeto da lide fogem dos lindes da prestação jurisdiccional. - **A legislação ensejadora do direito ao adicional de insalubridade, a servidores do Distrito Federal que operam com raios X, é o Decreto Local de número 12.660/90 - previsor da gratificação no percentual de 40% - e não a Lei Federal número 8.270/91, porque esta alcança, unicamente, os servidores civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.**

41. Ante o exposto, com os acréscimos e as alterações que faço, voto por que o Tribunal:

I) levante o sobrestamento destes autos, ocorrido por força da Decisão TCDF nº 1131/98;

II) decida que os dispositivos da Lei nº 8.162/91 (DOU de 09.01.91) que alteram ou complementam a Lei nº 8.112/90, dentre eles o art. 13, relativo à gratificação de Raios X, se aplicam neste Distrito Federal, por força do contido no art. 5º da Lei local nº 197/91 (DODF de 05.12.91);

III) determine aos órgãos jurisdicionados que:

a) para o pagamento da gratificação de Raios X e da VPNI de que trata o parágrafo único do art. 13 da Lei nº 8.162/91, observem as seguintes orientações:

1) quanto à gratificação de Raios X:

1.1) até 31.12.91 a gratificação de Raios X, bem como as frações de décimos dessa gratificação, incorporada aos proventos, tem por base de cálculo o percentual de 40% do vencimento básico do servidor;

1.2) a partir de 01.01.92, em face do disposto no art. 13 da Lei nº 8.162/91, combinado com o art. 68 da Lei nº 8.112/90:

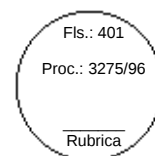
1.2.1) a gratificação de Raios X, enquanto na atividade, corresponde ao percentual de 10% do vencimento básico do servidor;

1.2.2) a gratificação de Raios X já incorporada aos proventos de aposentadoria, ou a ser incorporada quando da inativação, nos termos do art. 34 da Lei nº 4.345/64, com redação dada pela Lei nº 6.786/80, corresponde à:

1.2.2.1) 10% do vencimento básico do servidor, quando aposentar-se por moléstia contraída em trabalho com Raios X ou substâncias radioativas;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA MARLI VINHADELI



1.2.2.2) fração de um décimo do percentual de 10% do vencimento básico do servidor por ano de atividades exercidas junto a fontes de irradiação;

2) quanto à VPNI de que trata o parágrafo único do art. 13 da Lei nº 8.162/91 e art. 12 da Lei nº 8.270/91:

2.1) **para os servidores em atividade**, que estavam no exercício de atribuições com risco de contaminação radioativa em 01.01.92, enquanto no exercício dessas atividades, a VPNI deve corresponder ao valor referente ao percentual de 30% do vencimento básico do servidor, observando o contido no número 2.4 deste item;

2.2) **para os aposentados**, a VPNI incorpora-se aos proventos de aposentadoria, nos termos do art. 34 da Lei nº 4.345/64, com redação dada pela Lei nº 6.786/80, devendo-se observar, ainda, o contido no número 2.4 deste item, e corresponde ao valor:

2.2.1) de 30% do vencimento básico do servidor, quando aposentar-se por moléstia contraída em trabalho com Raios X ou substâncias radioativas, prestadas junto a fontes de emissão em data anterior a de 01.01.92, bem como para os períodos exercidos após essa data, desde que, nesse último caso, as atividades sejam prestadas de forma ininterrupta;

2.2.2) das frações decimais da diferença resultante da redução de percentual da gratificação de Raios X, imposta pela Lei nº 8.162/91 (30%), ou seja, ao percentual de 3% do vencimento básico por ano de exercício de atividades prestadas junto a fontes de emissão em data anterior a de 01.01.92, bem como para os períodos exercidos após essa data, desde que, nesse último caso, as atividades sejam prestadas de forma ininterrupta;

2.2.3) havendo interrupção na prestação de serviços após 01.01.92, deve corresponder à diferença resultante da redução de percentual da gratificação de Raios X, imposta pela Lei nº 8.162/91 (30%), ou seja, ao percentual de 3% do vencimento básico por ano de exercício de atividades prestadas junto a fontes de emissão;

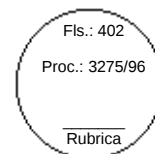
2.3) a VPNI não é devida aos servidores que iniciaram atividades com risco de contaminação radioativa a partir de 01.01.92;

2.4) o valor da referida VPNI deverá ser apurado com base no vencimento básico percebido na data da decisão que vier a ser adotada nestes autos e, a partir desse marco, deverá ser atualizada, exclusivamente, com base nos reajustes gerais concedidos aos servidores distritais;

b) corrijam o valor da gratificação de Raios X e da VPNI a ela pertinente, pagas em desacordo com as orientações aqui traçadas:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA MARLI VINHADELI



IV) tolere os pagamentos da gratificação de Raios X e da VPNI a ela inerente, efetuados em desacordo com o entendimento a ser fixado pelo Tribunal no presente feito;

V) oriente os órgãos jurisdicionados para que associem os entendimentos antes expostos com o item II, subalínea "a.4", da Decisão nº 2.192/2002 (Processo nº 295/2000), promovendo as medidas corretivas cabíveis em relação aos servidores civis e pensionistas alcançados, se necessário, informando nas respectivas fichas funcionais e/ou financeiras as alterações porventura implantadas;

VI) dê ciência da deliberação que vier a ser prolatada neste feito a todos jurisdicionados, em especial ao órgão de controle interno e às Secretarias de Saúde e de Planejamento e Gestão do Distrito Federal, encaminhando-lhes cópia da presente instrução;

VII) determine:

- a) a desapensação do Processo nº 1568/98;
- b) o arquivamento destes autos, bem como do Processo nº 1568/98, tendo em conta o entendimento de que leis federais, relativas a servidores públicos e sua remuneração, editadas após a vigência da Lei Distrital nº 197/91, carecem da chancela do legislativo local para serem aplicadas ao DF.

3. O feito foi objeto de pedido de vista do nobre Conselheiro Jorge Caetano (Decisão nº 4491/2007, fl. 372), que, no mérito, assim se manifesta (fls. 373/374):

No caso, alinho-me ao manifestado pelo douto Ministério Público junto a este Tribunal de que a norma local não poderia recepcionar lei ainda inexistente no mundo jurídico, conforme já externado pela Corte na Decisão nº 980/99, de forma que resta inaplicável a Lei federal nº 8.270/91 aos servidores distritais.

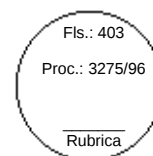
Com relação à aplicabilidade da Lei federal nº 8.162/91, diploma legal editado após a Lei nº 8.112/90 e anterior à Lei local nº 197/91, sou levado, também nesse caso, a reconhecer que assiste razão ao Ministério Público.

De fato, a concessão da Gratificação de Raios X sempre teve disciplinamento específico no âmbito do Distrito Federal, *ex vi* dos Decretos-lei nºs 1.462/76 e 1.883/81 e dos Decretos nºs 4.941/79 e 12.660/90, sendo que o Decreto nº 22.362/2001 não se constituiu em meio apto a recepcionar a Lei nº 8.270/91. A alteração no percentual da Gratificação de Raios X, assim como nas regras de incorporação aos proventos, só poderá ser efetivada por lei local específica.

Além disso, *data* máxima vênia, estaria fora das atribuições desta Corte definir critérios ou estabelecer a data em que determinada parcela remuneratória venha a ser transformada em Vantagem Pessoal



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA MARLI VINHADELI



Nominalmente Identificada, como sugerido no Voto da nobre Conselheira-Relatora, assumindo, dessa maneira, funções de natureza legislativa.

Assim, endosso as conclusões e sugestões do douto órgão ministerial.

VOTO

4. O respeitável entendimento do *Parquet*, ora endossado pelo ilustre Conselheiro-Revisor, é um dentre tantos existentes sobre o tema.

5. Conforme ressaltei, há nesta Corte precedente na linha desse entendimento (Processo nº 980/99¹⁵).

6. Entretanto, chamo a atenção para as transcrições jurisprudenciais por mim colacionadas, a fim de demonstrar a variedade de opiniões acerca do assunto.

7. Particularmente, na esteira de outros precedentes citados (Processos nº 3746/97, 3515/99, 75/95 e 7061/93), defendo que a aplicação da Lei nº 8.112/90 aos servidores públicos distritais, por força do artigo 5º da Lei nº 197/91, resulta na recepção das respectivas leis federais editadas até 31.12.1991, data após a qual o RJU entrou em vigor nesta Unidade federativa.

8. Esse o aspecto que diferencia o meu entendimento, em relação ao defendido pelo nobre Conselheiro Jorge Caetano, que pugna pela recepção das normas federais vigentes à data de publicação da Lei nº 197/91, 05.12.1991.

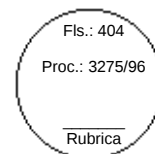
9. Há que se reconhecer o período de *vacatio legis*¹⁶, estabelecido pela própria Lei nº 197/91, para a entrada em vigor do RJU no Distrito

15 O Tribunal [...] decidiu: [...] b.4 - rever a forma de pagamento do adicional de periculosidade, para adequá-lo a legislação efetivamente em vigor, haja vista que os dispositivos da Lei n.º 8270/91 só seriam aplicáveis se a mesma fosse recepcionada no âmbito do Distrito Federal; [...]. **Processo nº 4478/98** - Resultado de inspeção realizada na Fundação Zoobotânica do Distrito Federal em cumprimento ao Plano Setorial de Ação - PSA 1998. **Relator: Conselheiro RONALDO COSTA COUTO.**

16 DECRETO-LEI Nº 4.657, DE 4 DE SETEMBRO DE 1942. Lei de Introdução ao Código Civil – Art. 1º Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada. [...] § 4º As correções a texto de lei já em vigor consideram-se lei nova.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA MARLI VINHADELI



Federal, ocorrido entre a data de publicação da norma recepcionadora (05.12.1991) e a efetiva vigência¹⁷ daquele Estatuto (01.01.1992).

10. Durante esse lapso temporal, a Lei nº 8.112/90 não poderia ser aplicada aos servidores distritais, o que veio a acontecer a partir de janeiro de 1992, com as alterações promovidas pelo legislador federal.

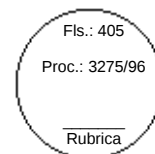
11. Daí porque considero recepcionada, também, a Lei nº 8.270/91, de 17.12.91 (DOU de 19.12.91), que, na prática, consoante demonstrado, fixa o percentual da gratificação de Raios X em 10% (art. 12), tal qual a Lei nº 8.162/91 (art. 13), mantendo, como **vantagem pessoal nominalmente identificada (VPNI)**, eventual diferença resultante da aplicação dessas leis, para os servidores que a percebiam nos termos de legislação anterior (item III.2 do voto a seguir apresentado¹⁸).

¹⁷ Vigência é aptidão genérica de produzir efeitos juridicamente válidos. Após a publicação na imprensa oficial a lei existe, mas isso não significa que esteja já produzindo efeitos. Em outros termos, ela já é conhecida, mas não pode ainda ser aplicada. Assim, se estabelece a obrigação de determinada conduta, as pessoas já podem ter conhecimento de seu conteúdo, mas ainda não estão obrigadas a se comportarem em consonância com os seus preceitos. Quem atua em desconformidade com o prescrito em lei existente que ainda não entrou em vigor não pode sofrer nenhuma sanção. **COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de Direito Civil, vol 1. São Paulo: Saraiva, 2003, p. 39.**

¹⁸ III) determine aos órgãos jurisdicionados que: [...] 2) quanto à VPNI de que trata o parágrafo único do art. 13 da Lei nº 8.162/91 e art. 12 da Lei nº 8.270/91: 2.1) **para os servidores em atividade**, que estavam no exercício de atribuições com risco de contaminação radioativa em 01.01.92, enquanto no exercício dessas atividades, a VPNI deve corresponder ao valor referente ao percentual de 30% do vencimento básico do servidor, observando o contido no número 2.4 deste item; 2.2) **para os aposentados**, a VPNI incorpora-se aos proventos de aposentadoria, nos termos do art. 34 da Lei nº 4.345/64, com redação dada pela Lei nº 6.786/80, devendo-se observar, ainda, o contido no número 2.4 deste item, e corresponde ao valor: 2.2.1) de 30% do vencimento básico do servidor, quando aposentar-se por moléstia contraída em trabalho com Raios X ou substâncias radioativas, prestadas junto a fontes de emissão em data anterior a de 01.01.92, bem como para os períodos exercidos após essa data, desde que, nesse último caso, as atividades sejam prestadas de forma ininterrupta; 2.2.2) das frações decimais da diferença resultante da redução de percentual da gratificação de Raios X, imposta pela Lei nº 8.162/91 (30%), ou seja, ao percentual de 3% do vencimento básico por ano de exercício de atividades prestadas junto a fontes de emissão em data anterior a de 01.01.92, bem como para os períodos exercidos após essa data, desde que, nesse último caso, as atividades sejam prestadas de forma ininterrupta; 2.2.3) havendo interrupção na prestação de serviços após 01.01.92, deve corresponder à diferença resultante da redução de percentual da gratificação de Raios X, imposta pela Lei nº 8.162/91 (30%), ou seja, ao percentual de 3% do vencimento básico por ano de exercício de atividades prestadas junto a fontes de emissão; 2.3) a VPNI não é devida aos servidores que iniciaram atividades com risco de contaminação radioativa a partir de 01.01.92; 2.4) o valor da referida VPNI deverá ser apurado com base no vencimento básico percebido na data da decisão que vier a ser adotada nestes autos e, a partir desse marco, deverá ser atualizada, exclusivamente, com base nos reajustes gerais concedidos aos servidores distritais; b) corrijam o valor da gratificação de Raios X e da VPNI a ela pertinente, pagas em desacordo com as orientações aqui traçadas:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA MARLI VINHADELI



12. Assim, não se sustenta a alegação do ilustre Revisor, no sentido de que o Tribunal estaria, indevidamente, assumindo *funções de natureza legislativa*, uma vez que a transformação em VPNI já fora autorizada pelas referidas normas.

13. De observar que a tese encontra reforço no fato de o Decreto nº 22.362, de 31.08.2001¹⁹, dispor, em seu artigo 1º, que *os servidores civis da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Distrito Federal, que trabalhem habitualmente em locais insalubres ou em contato permanente com substâncias radioativas ou com risco de vida perceberão adicionais de insalubridade e de periculosidade, nos termos dos artigos 68 a 72 da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, regulamentados pelo art. 12 da Lei n.º 8.270, de 17 de dezembro de 1991.*

14. Em face disso, manifestando respeito aos entendimentos contrários, ratifico meu Voto de fls. 345 a 371:

I) levante o sobrestamento destes autos, ocorrido por força da Decisão TCDF nº 1131/98;

II) decida que os dispositivos da Lei nº 8.162/91 (DOU de 09.01.91) que alteram ou complementam a Lei nº 8.112/90, dentre eles o art. 13, relativo à gratificação de Raios X, se aplicam neste Distrito Federal, por força do contido no art. 5º da Lei local nº 197/91 (DODF de 05.12.91);

III) determine aos órgãos jurisdicionados que:

a) para o pagamento da gratificação de Raios X e da VPNI de que trata o parágrafo único do art. 13 da Lei nº 8.162/91, observem as seguintes orientações:

1) quanto à gratificação de Raios X:

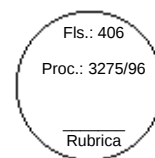
1.1) até 31.12.91 a gratificação de Raios X, bem como as frações de décimos dessa gratificação, incorporada aos proventos, tem por base de cálculo o percentual de 40% do vencimento básico do servidor;

1.2) a partir de 01.01.92, em face do disposto no art. 13 da Lei nº 8.162/91, combinado com o art. 68 da Lei nº 8.112/90:

¹⁹ Regulamenta a concessão dos adicionais de insalubridade, de periculosidade, de radiação ionizante e da gratificação por trabalhos com Raios X ou substâncias radioativas, aos servidores públicos civis da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Distrito Federal, e dá outras providências.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA MARLI VINHADELI



1.2.1) a gratificação de Raios X, enquanto na atividade, corresponde ao percentual de 10% do vencimento básico do servidor;

1.2.2) a gratificação de Raios X já incorporada aos proventos de aposentadoria, ou a ser incorporada quando da inativação, nos termos do art. 34 da Lei nº 4.345/64, com redação dada pela Lei nº 6.786/80, corresponde à:

1.2.2.1) 10% do vencimento básico do servidor, quando aposentar-se por moléstia contraída em trabalho com Raios X ou substâncias radioativas;

1.2.2.2) fração de um décimo do percentual de 10% do vencimento básico do servidor por ano de atividades exercidas junto a fontes de irradiação;

2) quanto à VPNI de que trata o parágrafo único do art. 13 da Lei nº 8.162/91 e art. 12 da Lei nº 8.270/91:

2.1) **para os servidores em atividade**, que estavam no exercício de atribuições com risco de contaminação radioativa em 01.01.92, enquanto no exercício dessas atividades, a VPNI deve corresponder ao valor referente ao percentual de 30% do vencimento básico do servidor, observando o contido no número 2.4 deste item;

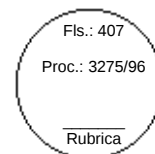
2.2) **para os aposentados**, a VPNI incorpora-se aos proventos de aposentadoria, nos termos do art. 34 da Lei nº 4.345/64, com redação dada pela Lei nº 6.786/80, devendo-se observar, ainda, o contido no número 2.4 deste item, e corresponde ao valor:

2.2.1) de 30% do vencimento básico do servidor, quando aposentar-se por moléstia contraída em trabalho com Raios X ou substâncias radioativas, prestadas junto a fontes de emanção em data anterior a de 01.01.92, bem como para os períodos exercidos após essa data, desde que, nesse último caso, as atividades sejam prestadas de forma ininterrupta;

2.2.2) das frações decimais da diferença resultante da redução de percentual da gratificação de Raios X, imposta pela Lei nº 8.162/91 (30%), ou seja, ao



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA MARLI VINHADELI



percentual de 3% do vencimento básico por ano de exercício de atividades prestadas junto a fontes de emanção em data anterior a de 01.01.92, bem como para os períodos exercidos após essa data, desde que, nesse último caso, as atividades sejam prestadas de forma ininterrupta;

2.2.3) havendo interrupção na prestação de serviços após 01.01.92, deve corresponder à diferença resultante da redução de percentual da gratificação de Raios X, imposta pela Lei nº 8.162/91 (30%), ou seja, ao percentual de 3% do vencimento básico por ano de exercício de atividades prestadas junto a fontes de emanção;

2.3) a VPNI não é devida aos servidores que iniciaram atividades com risco de contaminação radioativa a partir de 01.01.92;

2.4) o valor da referida VPNI deverá ser apurado com base no vencimento básico percebido na data da decisão que vier a ser adotada nestes autos e, a partir desse marco, deverá ser atualizada, exclusivamente, com base nos reajustes gerais concedidos aos servidores distritais;

b) corrijam o valor da gratificação de Raios X e da VPNI a ela pertinente, pagas em desacordo com as orientações aqui traçadas;

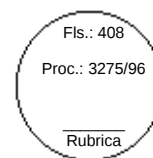
IV) tolere os pagamentos da gratificação de Raios X e da VPNI a ela inerente, efetuados em desacordo com o entendimento a ser fixado pelo Tribunal no presente feito;

V) oriente os órgãos jurisdicionados para que associem os entendimentos antes expostos com o item II, subalínea "a.4", da Decisão nº 2.192/2002 (Processo nº 295/2000), promovendo as medidas corretivas cabíveis em relação aos servidores civis e pensionistas alcançados, se necessário, informando nas respectivas fichas funcionais e/ou financeiras as alterações porventura implantadas;

VI) dê ciência da deliberação que vier a ser prolatada neste feito a todos jurisdicionados, em especial ao órgão de controle interno e às



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA MARLI VINHADELI



Secretarias de Saúde e de Planejamento e Gestão do Distrito Federal, encaminhando-lhes cópia da presente instrução;

VII) determine:

- a) a desapensação do Processo nº 1568/98;
- b) arquivamento destes autos, bem como do Processo nº 1568/98, tendo em conta o entendimento de que leis federais, relativas a servidores públicos e sua remuneração, editadas após a vigência da Lei Distrital nº 197/91, carecem da chancela do legislativo local para serem aplicadas ao DF.

Sala das Sessões, 09 de outubro de 2007

Marli Vinhadeli
Conselheira

(05/07)